
RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO 01/2024

Belo Horizonte, 04 de setembro de 2024

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico Sesc em Minas n.º 000075-24, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em serviços de suporte de nível 3 (N3) e nível 4 (N4) em TI, com foco em redes e servidores, para fornecer suporte técnico de alta qualidade, resolução de problemas avançados, manutenção proativa e assistência em projetos de infraestrutura de tecnologia da informação. A empresa contratada será responsável por disponibilizar um bolsão de horas que poderá ser utilizado para auxiliar nossa organização em projetos específicos, garantindo a eficiência, estabilidade disponibilidade e segurança de nossa infraestrutura de TI.

1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme item 4.1. do Instrumento Convocatório, o prazo fatal para a apresentação de impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada para 05/09/2024. Dessa forma, considerando que a impugnação foi apresentada em 30/08/2024, esta foi tempestiva.

2 – DA IMPUGNAÇÃO

Desta feita, abaixo transcrevemos trechos para entendimento do ponto impugnado, em síntese, é impugnado a exigência das certificações como condições pré-contratuais, alegando a impugnante o seguinte:

“Notoriamente as exigências contidas nos itens 15.1. e 15.2. do referido instrumento convocatório violam regras licitatórias intransponíveis, de modo a justificar a sua alteração, uma vez que exigir a apresentação juntamente com a respectiva proposta de certificações diversas, inclusive em nome dos profissionais que serão designados para execução das atividades a serem contratadas não encontra razão para serem mantidas tal qual atualmente exigido, restringindo em demasia a competitividade no certame em epígrafe. A Constituição Federal é taxativa acerca da excepcionalidade à Administração Pública em exigir em processos licitatórios qualificações apenas e tão somente quando INDISPENSÁVEIS à garantia da prestação dos serviços licitados:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação

*pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **SOMENTE permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica INDISPENSÁVEIS à garantia do cumprimento das obrigações.***

Ao exigir-se a apresentação das certificações dos profissionais que prestaram os serviços juntamente com as propostas, inevitavelmente haverá restrição infundada no caso concreto, comprometendo o caráter competitivo da Licitação, uma vez que, em se tratando a presente contratação de mera expectativa de demanda futura, injustificável que ao tempo da apresentação de suas propostas a empresa licitante já tenha o profissional a ser designado em seu quadro, porquanto impossível assegurar que será a empresa contratada após o certame, incorrendo no risco de ter profissionais em ócio, ou seja, sem qualquer demanda.

Não é razoável exigir das licitantes que pretendam concorrer no certame em epígrafe que contratem, previamente ao resultado da presente licitação, profissionais apenas e tão somente para fins de atender exigência editalícia infundada e totalmente dispensável, porquanto à nenhuma atividade empresarial deveria ser esperado que mantenha custos injustificados, colocando em risco a saúde financeira da empresa.

Certo, do absurdo que reveste o cenário apresentado, considerando que pouquíssimas empresa poderiam arcar com os custos de manter profissionais ociosos até homologação e assinatura do contrato objeto do certame, não é difícil identificar o impacto de tal condicionante à competitividade da presente Licitação, que certamente não terá tantas propostas quanto possíveis para obter a proposta mais vantajosa, um dos principais objetivos do processo licitatório, de acordo com o que dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc e do Senac:

Art. 2.º O presente Regulamento deve ser interpretado de acordo com as premissas afetas à natureza jurídica privada dos serviços sociais autônomos, em especial:

I - seleção da proposta mais vantajosa e garantia da transparência, da isonomia, da ética, da integridade, da legitimidade, da eficiência, da celeridade e da objetividade da aplicação dos recursos, práticas de controle e de colaboração, bem como o alcance de suas finalidades institucionais;

II - estímulo, sempre que possível, da inovação e da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Veja-se que não há qualquer fundamento ou justificativa à escolha invariável de critério tão restritivo exigido atualmente pelo Edital, sendo certo que não há nenhum prejuízo à entidade licitante exigir qualificação técnica dos profissionais da contratada apenas por ocasião da execução dos serviços, relevando-se, neste sentido, uma obrigação contratual da Licitante vencedora comprovar o atendimento pelos seus funcionários de tais qualificações sob pena de incorrer em descumprimento das cláusulas contratuais e ficando suscetível às penalidades previstas no referido instrumento contratual.

Entretanto, de outra forma, manter-se a exigência de comprovação de qualificação técnica de funcionários a serem contratados apenas diminuirá as chances da entidade licitante acessar propostas mais vantajosas, sendo inevitável que uma empresa que mantenha em seu quadro funcionários ociosos, fatalmente apresentará propostas mais elevadas, porquanto seus custos serão sempre superiores em comparação a uma empresa que não

adote tal política, procedendo com contratações apenas quando da existência de demanda real e não mera expectativa como apontado.

Exatamente por tais razões que é prática comum e recomendada que a comprovação de qualificações e certificações dos profissionais que irão atender a Contratante seja exigida após a assinatura do contrato. Inconcebível que a empresa realize tais contratações quando sequer saiba se de fato terá tal demanda para repassar aos profissionais, sendo a prática do ócio em contratos de trabalho absolutamente reprovável sob todas as perspectivas.

A manutenção dos itens 15.1. e 15.2. do Edital tal qual impugnado, revela-se na verdade um privilégio a contemplar reduzido, senão ínfimo, número de licitantes, violando inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, dispositivo constitucional que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes, permitindo exigências de qualificação técnica e econômica apenas quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Revela-se tal especificidade exigência na verdade dispensável e conseqüentemente abusiva, conforme as presentes razões, por conseqüência se amolda à condição restritiva à competitividade e suprimindo a possibilidade do ente interessado em acessar propostas mais vantajosas, afrontando o escopo principal da Licitação.

Pacificado entendimento de que o Edital não deverá conter exigência que comprometa ou restrinja o caráter competitivo do certame, constituindo violação ao princípio da igualdade dos licitantes, qualquer direcionamento contrário.

O ente licitante não pode fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir a ampla participação na disputa licitatória, possibilitando que compareça o maior número possível de interessados, possibilitando que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo.

Assim, entende-se que para afastar a violação constatada se faz necessária alteração do instrumento convocatório, de modo que a exigência de apresentação das certificações dos profissionais que atuarão na execução dos serviços ora licitados, seja solicitada somente após a assinatura do contrato, com um prazo razoável para que a empresa vencedora possa providenciar a documentação necessária.

Ou, alternativamente, que tal exigência possa ser considerada atendida mediante a apresentação das respectivas certificações dos profissionais que integram ao tempo da apresentação das propostas o quadro de funcionários da empresa, ainda que não sejam os mesmos a serem destinados ao atendimento da entidade licitante, desde que assegura que os funcionários que irão realizar tal atendimento também atendam tais requisitos."

3 – DA ANÁLISE

Conforme mencionado anteriormente, a impugnante solicita a retificação do edital para alterar os subitens 15.1 e 15.2 do Termo de Referência, de modo que a apresentação das certificações dos profissionais envolvidos na execução dos serviços seja exigida apenas após a assinatura do contrato.

Foi identificado um equívoco na elaboração do Termo de Referência, onde o texto do subitem 15.1 contradiz o estipulado no item 15. Condições Pré-Contratuais. **É importante destacar que as certificações requeridas nos subitens 15.1 e 15.2 devem ser apresentadas como condição para a assinatura do contrato.**

Dessa forma, providenciamos a Errata 01-2024, que inclui a correção do texto e a prorrogação da data do certame, uma vez que a alteração pode impactar a formulação das propostas de preços.

4 – DA DECISÃO

Isto posto, **CONHEÇO** da impugnação apresentada, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, sendo retificado o Termo de Referência conforme Errata 01-2024.

Jakelyne Costa Alves
Comissão Permanente de Licitação do Sesc em Minas